Nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 64/90, c/c Art. 34, §1º, II e III da Resolução TSE nº 23.609/2019, caberá a qualquer candidato(a), partido político, coligação ou ao Ministério Público Eleitoral, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação deste edital, impugnar, em petição fundamentada, o(s) pedido(s) de registro de candidatura.

No mesmo prazo e forma, qualquer cidadão no gozo de seus direitos políticos poderá dar notícia de inelegibilidade, nos termos do art.44 da referida Resolução.

CAMPO GRANDE, 17 de Setembro de 2020.

ROBERTO FERREIRA FILHO

Juiz(Juíza) da 53ª Zona Eleitoral

MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL

PORTARIA PRE/MS Nº 57, DE 15 DE SETEMBRO DE 2020

REGULAMENTA A ATUAÇÃO DOS PROMOTORES ELEITORAIS NAS ELEIÇÕES DE 2020 E O RESPECTIVO PLANTÃO ELEITORAL.

O PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL EM MATO GROSSO DO SUL, no exercício de suas atribuições constitucionais e, em especial, nos termos do art. 77 da Lei Complementar n. 75/1993; CONSIDERANDO que compete ao Procurador Regional Eleitoral expedir instruções aos órgãos do Ministério Público Eleitoral que oficiem perante os Juízos Eleitorais (art. 24, VIII, c/c art. 27, § 3º, do Código Eleitoral e art. 77 da LC n. 75/93);

CONSIDERANDO que, de acordo com o art. 77 da LC n. 75/93, compete ao Procurador Regional Eleitoral exercer as funções do Ministério Público nas causas de competência do Tribunal Regional Eleitoral respectivo, além de dirigir, no Estado, as atividades do setor;

CONSIDERANDO a Portaria PGR/PGE n. 1/2019, que regulamenta a atuação do Ministério Público Eleitoral;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar a atuação dos Promotores Eleitorais nas Eleições de 2020, especialmente quanto ao plantão eleitoral e a cooperação mútua, com vistas a uma atuação mais eficiente na defesa do regime democrático;

CONSIDERANDO as Resoluções do TRE/MS ns. 673, 674 e 675 que dispõem sobre a atribuição das Zonas Eleitorais para as Eleições de 2020;

CONSIDERANDO a Emenda Constitucional nº 107/2020, que alterou o calendário para as Eleições 2020, em razão da pandemia do COVID-19; e

CONSIDERANDO a atribuição do Centro de Apoio Operacional às Promotorias Eleitorais (CAO Eleitoral) para subsidiar a execução das atividades atinentes ao processo eleitoral e seus desdobramentos,

RESOLVE, em parceria com o COORDENADOR DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL ÀS PROMOTORIAS ELEITORAIS neste Estado:

Art. 1º. Designar todos os Promotores Eleitorais em exercício no Estado de Mato Grosso do Sul para atuarem no processo eleitoral do ano de 2020.

Parágrafo único. Fica autorizada a cooperação recíproca entre os Promotores Eleitorais que oficiem perante as Zonas Eleitorais do mesmo município.

Art. 2º. Instituir regime de plantão dos Promotores Eleitorais, entre 26 de setembro e 18 de dezembro de 2020, inclusive nos finais de semana e feriados, em razão da preempriedade e continuidade dos prazos, que não se suspendem aos sábados, domingos e feriados (art. 1º, § 1º, inciso III, e § 3º, inciso V, da Emenda Constitucional nº 107/2020, art. 16 da LC n. 64/90, art. 94 da

Lei n. 9.504/97, art. 7º da Resolução TSE n. 23.608/19 c/c art. 8º, inciso I, da Resolução nº 23.624 /2020).

§ 1º. Para os fins do caput - exceto na antevéspera, véspera e no dia da eleição - nos finais de semana e feriados, poderá ser realizado rodízio entre Promotores Eleitorais oficiais em Zonas Eleitorais próximas ou contíguas (Parágrafo único do art. 91 da Portaria PGR/PGE n. 1/2019).

§ 2º. A escala de rodízio de que trata o § 1º deverá ser previamente informada, em ato formal próprio, aos respectivos Juízes Eleitorais, ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias Eleitorais e à Procuradoria Regional Eleitoral.

§ 3º. Nas hipóteses em que as condições sanitárias em determinado município não permitirem a realização das eleições nas datas previstas de 15 e 29 de novembro (primeiro e segundo turnos, respectivamente), tal como previsto no §4º do art. 1º da Emenda Constitucional nº 107/2020, o plantão eleitoral compreenderá o último dia para o requerimento de registro das candidaturas e a data final prevista para a diplomação dos eleitos.

Art. 3º. Os Promotores Eleitorais exercerão suas atribuições extrajudiciais em conformidade com competência material de cada Juízo Eleitoral que foi definida pelo Tribunal Regional Eleitoral, observadas as seguintes disposições:

I - Aos Promotores Eleitorais designados para as 8ª, 35ª, 36ª, 44ª, 53ª e 54ª Zonas Eleitorais, a divisão de atribuições regulamentada pela Resolução TRE/MS n. 673/2020, na forma detalhada no Anexo I desta Portaria;

II - Aos Promotores Eleitorais designados para as 18ª, 19ª, 43ª e 52ª Zonas Eleitorais, a divisão de atribuições regulamentada pela Resolução TRE/MS n. 674/2020, na forma detalhada no Anexo II desta Portaria;

III - Aos Promotores Eleitorais designados para as 7ª, 9ª, 50ª e 51ª Zonas Eleitorais, a divisão de atribuições regulamentada pela Resolução TRE/MS n. 675/2020, na forma detalhada no Anexo III desta Portaria;

§ 1º. Na hipótese de atribuição concorrente de mais de um Promotor Eleitoral para o caso, as representações, as notícias de fatos e os procedimentos preparatórios eleitorais serão distribuídos de forma sequencial e alternada entre os Promotores com atribuição.

§ 2º. A distribuição referida no parágrafo anterior será efetuada pela Secretaria da Procuradoria Regional Eleitoral, com registro e controle em pasta própria.

Art. 4º. O exercício da função eleitoral, em especial em ano de eleições, tem precedência sobre as demais atribuições dos Promotores Eleitorais (art. 365 do Código Eleitoral e art. 94, § 1º, da Lei 9.504/97 e art. 90 da Portaria PGR/PGE n. 1/2019).

Parágrafo único. Os feitos eleitorais, no período compreendido entre o registro de candidatura até cinco dias após a realização do segundo turno das eleições, terão prioridade perante o Ministério Público Eleitoral, ressalvados os processos de habeas corpus e mandado de segurança (art. 94 da Lei 9.504/97 e art. 90, parágrafo único, da Portaria PGR/PGE n. 1/2019).

Art. 5º. Os Promotores Eleitorais poderão, a qualquer momento, dirigir-se à Procuradoria Regional Eleitoral com vistas à obtenção de subsídios necessários ao desempenho de suas funções e à atuação integrada do Ministério Público Eleitoral (art. 52 da Portaria PGR/PGE n. 1/2019).

Art. 6º. Os casos omissos serão resolvidos pelo Procurador Regional Eleitoral, com os subsídios apresentados pelo Centro de Apoio Operacional às Promotorias Eleitorais.

Art. 7º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência da presente Portaria aos Exmos. Srs. Promotores Eleitorais titulares neste Estado, Procurador-Geral Eleitoral, Vice-Procurador-Geral Eleitoral, Procurador-Geral de Justiça e Presidente do Tribunal Regional Eleitoral.

Publique-se no DMPF-e e no D.J.E.M.S.

Campo Grande/MS, 15 de setembro de 2020.

PEDRO GABRIEL SIQUEIRA GONÇALVES

Procurador Regional Eleitoral

ANTONIO SIUFI NETO

Coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias Eleitorais

ANEXO I - RESOLUÇÃO TRE/MS N. 673/2020

<p>44^a e 53^a Zonas Eleitorais</p>	<p>I - escolha de candidatos, deliberação sobre coligações, registro das candidaturas e respectivas impugnações e arguições de inelegibilidade, arquivamento e publicação da ata da convenção;</p> <p>II - registro de pesquisas eleitorais e apreciação de requerimentos, impugnações, reclamações e representações a elas pertinentes;</p> <p>III - representações que tem por finalidade cassação de registro ou diploma de candidato, tais como ação de investigação judicial eleitoral, nela incluídas as seguintes hipóteses tipificadas:</p> <p>a) art. 74 da Lei no 9.504/1997 (arts. 19 e 22 da Lei Complementar no 64/1990);</p> <p>b) captação ilícita de sufrágio (art. 41-A da Lei no 9.504/1997);</p> <p>c) captação ou gastos ilícitos de recursos na campanha eleitoral (art. 30-A da Lei no 9.504/1997);</p> <p>d) conduta vedada as emissoras de rádio e televisão, prevista na segunda parte do inciso VI do art. 45 da Lei no 9.504/1997;</p> <p>e) condutas vedadas aos agentes públicos em campanha eleitoral (arts. 73, §§ 5º, 10 e 11, e 75 da Lei no 9.504/1997), e</p> <p>f) conduta vedada inserta no art. 77 da Lei no 9.504/1997;</p> <p>IV - conhecimento e julgamento das ações de impugnação de mandato eletivo, conforme arts. 14, § 10, da Constituição Federal e 223 da Resolução TSE no 23.611/2019.</p>
<p>8º, 35ª, 36ª, 44ª e 53ª Zonas Eleitorais</p>	<p>I - arrecadação e aplicação de recursos e exame das prestações de contas de campanha eleitoral, e</p> <p>II - comercialização de bens elou serviços elou promoção de eventos que se destinem a arrecadar recursos para campanha eleitoral;</p>
<p>8º e 35ª Zonas Eleitorais</p>	<p>I - representações sobre propaganda eleitoral, inclusive a intrapartidária, bem como pela matéria relativa a debates e pedidos de direito de resposta;</p> <p>II - convocação dos partidos políticos e/ou coligações e a representação das emissoras de rádio e televisão para elaboração do plano de mídia, para o uso da parcela do horário eleitoral gratuito a que tenham direito (art. 52 da Lei nº 9.504/1997);</p> <p>III - distribuição dos horários reservados à propaganda eleitoral gratuita, nas emissoras de rádio e televisão, entre os partidos políticos e as coligações que tenham candidato;</p> <p>IV - realização do sorteio para a escolha da ordem de veiculação da propaganda de cada partido ou coligação no primeiro dia do horário eleitoral gratuito, nos termos dos arts. 50 da Lei nº 9.504/1997 e 53, § 1º, da Resolução TSE n.º 23.610/2019, bem como de inserções provenientes de eventuais sobras de tempo;</p> <p>V - doações em dinheiro, troféus, prêmios, ajudas de qualquer espécie feitas por candidato, entre o pedido de registro e a eleição, a pessoas físicas ou jurídicas (Lei nº 9.504/1997, art. 23, § 5º);</p>

	<p>VI - vedação, na campanha eleitoral, de confecção, utilização, distribuição por comitê, candidato, ou com a sua autorização, de camisetas, chaveiros, bonés, canetas, brindes, cestas básicas ou quaisquer outros bens ou materiais que possam proporcionar vantagem ao eleitor (Lei nº 9.504/1997, art. 39, § 6º);</p> <p>VII - uso de símbolos, frases ou imagens relacionadas ao poder público (art. 40 da Lei nº 9.504/1997);</p> <p>VIII - recebimento e apreciação das reclamações sobre localização dos comícios e tomada de providências sobre a distribuição equitativa dos locais aos partidos políticos e às coligações (arts. 96, § 2º, da Lei nº 9.504/1997 e 245, § 3º, do Código Eleitoral).</p>
54ª Zona Eleitoral	<p>I - apreciar os pedidos de autorização de veiculação de publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, bem como as impugnações, reclamações e representações pertinentes (Lei nº 9.504/1997, art. 73, inciso VI, alínea b), e</p> <p>II - autorizar pronunciamento em cadeia de rádio e televisão fora do horário eleitoral gratuito quando, a critério da Justiça Eleitoral, tratando-se de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo.</p>
36ª Zona Eleitoral	<p>I - coordenar, no exercício do poder de polícia, a fiscalização da propaganda eleitoral;</p> <p>II - disciplinar os atos necessários para a prática regular da propaganda eleitoral, tais como: a) alto-falantes móveis e fixos; b) comícios e reuniões eleitorais, em recinto aberto ou fechado; c) publicidades mediante adesivos ou papel, em bens particulares; d) adesivos em veículos; e) publicidades ao longo das vias públicas; f) distribuição de folhetos, adesivos, volantes e demais impressos, e g) passeatas e carreatas, sem prejuízo de outras modalidades pertinentes utilizadas.</p> <p>III - receber as comunicações sobre realização de propaganda eleitoral irregular e adotar as medidas necessárias, no exercício do poder de polícia, para sua cessação, coleta de provas e obtenção da prova da autoria ou do prévio conhecimento, visando o encaminhamento ao Ministério Público Eleitoral para fins de representação judicial, se for o caso;</p> <p>IV - exercer, exclusivamente, o poder de polícia na internet, nos termos do art. 8º da Resolução TSE nº 23.610/2019.</p>
8ª Zona Eleitoral	<p>I - totalização dos votos, proclamação dos eleitos e diplomação dos candidatos, e</p> <p>II - processamento do recurso contra expedição do diploma, na forma dos arts. 265 a 267 do Código Eleitoral, à exceção do dispositivo relativo ao juízo de retratação, inaplicável a feito desta natureza.</p>

ANEXO II - RESOLUÇÃO TRE/MS N. 674/2020

	<p>I - escolha de candidatos, deliberação sobre coligações, registro das candidaturas e respectivas impugnações e arguições de inelegibilidade, arquivamento e publicação da ata da convenção;</p> <p>II - registro de pesquisas eleitorais e apreciação de requerimentos, impugnações, reclamações e representações a elas pertinentes;</p> <p>III - representações que tem por finalidade cassação de registro ou diploma de candidato, tais como ação de investigação judicial eleitoral, nela incluídas as seguintes hipóteses tipificadas:</p> <p>a) art. 74 da Lei nº 9.504/1997 (arts. 19 e 22 da Lei Complementar nº 64/1990);</p> <p>b) captação ilícita de sufrágio (art. 41-A da Lei nº 9.504/1997);</p>
--	---

<p>18^a 52^a Zonas Eleitorais</p>	<p>e</p> <p>c) captação ou gastos ilícitos de recursos na campanha eleitoral (art. 30-A da Lei nº 9.504/1997);</p> <p>d) conduta vedada às emissoras de rádio e televisão, prevista na segunda parte do inciso VI do art. 45 da Lei nº 9.504/1997;</p> <p>e) condutas vedadas aos agentes públicos em campanha eleitoral (arts. 73, §§ 5º, 10 e 11, e 75 da Lei nº 9.504/1997), e</p> <p>f) conduta vedada inserta no art. 77 da Lei nº 9.504/1997;</p> <p>IV - conhecimento e julgamento das ações de impugnação de mandato eletivo, conforme arts. 14, § 10, da Constituição Federal e 223 da Resolução TSE nº 23.611/2019;</p> <p>V - apreciação de pedidos de autorização de veiculação de publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, bem como as impugnações, reclamações e representações pertinentes (Lei nº 9.504/1997, art. 73, inciso VI, alínea b);</p> <p>VI - autorização de pronunciamento em cadeia de rádio e televisão fora do horário eleitoral gratuito quando, a critério da Justiça Eleitoral, tratar-se de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo.</p>
<p>19^a 43^a Zonas Eleitorais</p>	<p>e</p> <p>I - representações sobre propaganda eleitoral, inclusive a intrapartidária, bem como pela matéria relativa a debates e pedidos de direito de resposta;</p> <p>II - convocação dos partidos políticos e/ou coligações e a representação das emissoras de rádio e televisão para elaboração do plano de mídia, para o uso da parcela do horário eleitoral gratuito a que tenham direito (art. 52 da Lei nº 9.504/1997);</p> <p>III - distribuição dos horários reservados à propaganda eleitoral gratuita, nas emissoras de rádio e televisão, entre os partidos políticos e as coligações que tenham candidato;</p> <p>IV - realização do sorteio para a escolha da ordem de veiculação da propaganda de cada partido ou coligação no primeiro dia do horário eleitoral gratuito, nos termos dos arts. 50 da Lei nº 9.504/1997 e 53, § 1º, da Resolução TSE n.º 23.610/2019, bem como de inserções provenientes de eventuais sobras de tempo;</p> <p>V - recebimento e apreciação das reclamações sobre localização dos comícios e tomada de providências sobre a distribuição equitativa dos locais aos partidos políticos e às coligações (arts. 96, § 2º, da Lei nº 9.504/1997 e 245, § 3º, do Código Eleitoral);</p> <p>VI - doações em dinheiro, troféus, prêmios, ajudas de qualquer espécie feitas por candidato, entre o pedido de registro e a eleição, a pessoas físicas ou jurídicas (Lei nº 9.504/1997, art. 23, § 5º);</p> <p>VII - vedação, na campanha eleitoral, de confecção, utilização, distribuição por comitê, candidato, ou com a sua autorização, de camisetas, chaveiros, bonés, canetas, brindes, cestas básicas ou quaisquer outros bens ou materiais que possam proporcionar vantagem ao eleitor (Lei nº 9.504/1997, art. 39, § 6º);</p> <p>VIII - uso de símbolos, frases ou imagens relacionadas ao poder público (art. 40 da Lei nº 9.504/1997);</p> <p>IX - coordenar, no exercício do poder de polícia, a fiscalização da propaganda eleitoral;</p> <p>X - disciplinar os atos necessários para a prática regular da propaganda eleitoral, tais como: a) alto-falantes móveis e fixos; b) comícios e reuniões eleitorais, em recinto aberto ou fechado; c) publicidades mediante adesivos ou papel, em bens particulares; d) adesivos em veículos; e) publicidades ao longo das vias públicas; f) distribuição de folhetos, adesivos, volantes e demais impressos, e g) passeatas e carreatas, sem prejuízo de outras modalidades pertinentes utilizadas.</p>

	<p>XI - receber as comunicações sobre realização de propaganda eleitoral irregular e adotar as medidas necessárias, no exercício do poder de polícia, para sua cessação, coleta de provas e obtenção da prova da autoria ou do prévio conhecimento, visando o encaminhamento ao Ministério Público Eleitoral para fins de representação judicial, se for o caso;</p> <p>XII - exercer, exclusivamente, o poder de polícia na internet, nos termos do art. 8º da Resolução TSE nº 23.610/2019.</p>
18ª, 19ª, 43ª e 52ª Zonas Eleitorais	<p>I - arrecadação e aplicação de recursos e exame das prestações de contas de campanha eleitoral, e</p> <p>II - comercialização de bens e/ou serviços e/ou promoção de eventos que se destinem a arrecadar recursos para campanha eleitoral;</p>
19ª e 43ª Zonas Eleitorais	<p>I - totalização dos votos, proclamação dos eleitos e diplomação dos candidatos, e</p> <p>II - processamento do recurso contra expedição do diploma, na forma dos arts. 265 a 267 do Código Eleitoral, à exceção do dispositivo relativo ao juízo de retratação, inaplicável a feito desta natureza.</p>

ANEXO III - RESOLUÇÃO TRE/MS N. 675/2020

7ª e 51ª Zonas Eleitorais	<p>I - escolha de candidatos, deliberação sobre coligações, registro das candidaturas e respectivas impugnações e arguições de inelegibilidade, arquivamento e publicação da ata da convenção;</p> <p>II - registro de pesquisas eleitorais e apreciação de requerimentos, impugnações, reclamações e representações a elas pertinentes;</p> <p>III - representações que tem por finalidade cassação de registro ou diploma de candidato, tais como ação de investigação judicial eleitoral, nela incluídas as seguintes hipóteses tipificadas:</p> <p>a) art. 74 da Lei nº 9.504/1997 (arts. 19 e 22 da Lei Complementar nº 64/1990);</p> <p>b) captação ilícita de sufrágio (art. 41-A da Lei nº 9.504/1997);</p> <p>c) captação ou gastos ilícitos de recursos na campanha eleitoral (art. 30-A da Lei nº 9.504/1997);</p> <p>d) conduta vedada às emissoras de rádio e televisão, prevista na segunda parte do inciso VI do art. 45 da Lei nº 9.504/1997;</p> <p>e) condutas vedadas aos agentes públicos em campanha eleitoral (arts. 73, §§ 5º, 10 e 11, e 75 da Lei nº 9.504/1997), e</p> <p>f) conduta vedada inserta no art. 77 da Lei nº 9.504/1997;</p> <p>IV - conhecimento e julgamento das ações de impugnação de mandato eletivo, conforme arts. 14, § 10, da Constituição Federal e 223 da Resolução TSE nº 23.611/2019;</p> <p>V - apreciação de pedidos de autorização de veiculação de publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, bem como as impugnações, reclamações e representações pertinentes (Lei nº 9.504/1997, art. 73, inciso VI, alínea b);</p> <p>VI - autorização de pronunciamento em cadeia de rádio e televisão fora do horário eleitoral gratuito quando, a critério da Justiça Eleitoral, tratar-se de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo;</p> <p>VII - arrecadação e aplicação de recursos e exame das prestações de contas de campanha eleitoral;</p> <p>VIII - comercialização de bens e/ou serviços e/ou promoção de eventos que se destinem a arrecadar recursos para campanha eleitoral;</p>
---------------------------	---

	<p>I - representações sobre propaganda eleitoral, inclusive a intrapartidária, bem como pela matéria relativa a debates e pedidos de direito de resposta;</p> <p>II - convocação dos partidos políticos e/ou coligações e a representação das emissoras de rádio e televisão para elaboração do plano de mídia, para o uso da parcela do horário eleitoral gratuito a que tenham direito (art. 52 da Lei nº 9.504/1997);</p> <p>III - distribuição dos horários reservados à propaganda eleitoral gratuita, nas emissoras de rádio e televisão, entre os partidos políticos e as coligações que tenham candidato;</p> <p>IV - realização do sorteio para a escolha da ordem de veiculação da propaganda de cada partido ou coligação no primeiro dia do horário eleitoral gratuito, nos termos dos arts. 50 da Lei nº 9.504/1997 e 53, § 1º, da Resolução TSE n.º 23.610/2019, bem como de inserções provenientes de eventuais sobras de tempo;</p> <p>V - recebimento e apreciação das reclamações sobre localização dos comícios e tomada de providências sobre a distribuição equitativa dos locais aos partidos políticos e às coligações (arts. 96, § 2º, da Lei nº 9.504/1997 e 245, § 3º, do Código Eleitoral);</p> <p>VI - doações em dinheiro, troféus, prêmios, ajudas de qualquer espécie feitas por candidato, entre o pedido de registro e a eleição, a pessoas físicas ou jurídicas (Lei nº 9.504/1997, art. 23, § 5º);</p> <p>VII - vedação, na campanha eleitoral, de confecção, utilização, distribuição por comitê, candidato, ou com a sua autorização, de camisetas, chaveiros, bonés, canetas, brindes, cestas básicas ou quaisquer outros bens ou materiais que possam proporcionar vantagem ao eleitor (Lei nº 9.504/1997, art. 39, § 6º);</p> <p>VIII - uso de símbolos, frases ou imagens relacionadas ao poder público (art. 40 da Lei nº 9.504/1997);</p> <p>IX - coordenar, no exercício do poder de polícia, a fiscalização da propaganda eleitoral;</p> <p>X - disciplinar os atos necessários para a prática regular da propaganda eleitoral, tais como: a) alto-falantes móveis e fixos; b) comícios e reuniões eleitorais, em recinto aberto ou fechado; c) publicidades mediante adesivos ou papel, em bens particulares; d) adesivos em veículos; e) publicidades ao longo das vias públicas; f) distribuição de folhetos, adesivos, volantes e demais impressos, e g) passeatas e carreatas, sem prejuízo de outras modalidades pertinentes utilizadas.</p> <p>XI - receber as comunicações sobre realização de propaganda eleitoral irregular e adotar as medidas necessárias, no exercício do poder de polícia, para sua cessação, coleta de provas e obtenção da prova da autoria ou do prévio conhecimento, visando o encaminhamento ao Ministério Público Eleitoral para fins de representação judicial, se for o caso;</p> <p>XII - exercer, exclusivamente, o poder de polícia na internet, nos termos do art. 8º da Resolução TSE nº 23.610/2019.</p>
9ª e 50ª Zonas Eleitorais	<p>I - totalização dos votos, proclamação dos eleitos e diplomação dos candidatos, e</p> <p>II - processamento do recurso contra expedição do diploma, na forma dos arts. 265 a 267 do Código Eleitoral, à exceção do dispositivo relativo ao juízo de retratação, inaplicável a feito desta natureza.</p>

ÍNDICE DE ADVOGADOS

ALUISIO CACERES PAES (15296/MS)	38 38
ANDRE LUIZ GOMES ANTONIO (16346/MS)	22 22 22 68 68 68 69 69 69 70 70 70 104 104
AUGUSTO CESAR GUERRA VIEIRA (10328/MS)	38